

APROVAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DA EC 29 (Matéria coletada da internet)

Sem acordo quanto ao financiamento da saúde, o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, que fixa os percentuais mínimos a serem investidos anualmente na área pela União, por estados e municípios foi aprovado ontem na Câmara dividindo a base aliada. De um lado o PT endossando a criação da Contribuição Social da Saúde (CSS) e do outro a oposição e demais partidos da base aliada, principalmente o PMDB, que decidiram deixar a questão do financiamento para ser resolvido pelo Senado Federal, ou pelo próprio Executivo.

Em Brasília, cumprindo extensa agenda, o governador Cid Gomes se encontrou para um almoço com outros 15 governadores e a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti e com o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS). No cardápio do encontro, o pedido para que os governadores pressionassem suas bancadas para apoiar a criação do CSS.

A emenda 29 obrigou a União a investir em saúde, em 2000, 5% a mais do que havia investido no ano anterior e determinou que nos anos seguintes esse valor fosse corrigido pela variação nominal do PIB. Os estados ficaram obrigados a aplicar 12% da arrecadação de impostos, e os municípios, 15%. Trata-se de uma regra transitória, que deveria ter vigorado até 2004, mas que continua em vigor por falta de uma lei complementar que regulamente a emenda.

Apesar dos esforços do governo, até mesmo partidos aliados, como o PSB, não apoiaram a proposta petista do CSS e a emenda que retirou a possibilidade de cobrança foi aprovada por 355 votos a favor, 76 contra e quatro abstenções.

Para o governador do Ceará Cid Gomes o importante foi a aprovação da regulamentação, apesar da falta de especificação das fontes de custeio. "Levamos bronca em tudo que é canto, a matéria foi para o Senado e eles derrubaram (a CPMF). Vamos aprovar o destaque do DEM e mandá-lo para o Senado, que tem pessoas muito mais competentes que nós. Lá quase todos são ex-governadores, ex-ministros, então que o Senado crie e a mande para nós examinarmos", declarou o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves.

"A origem do problema do financiamento ocorreu no Senado. Vamos deixar que resolva o problema", afirmou o deputado Danilo Forte (PMDB-CE).

Da Votação

355 deputados votaram contra a emenda que criava a Contribuição Social para a Saúde (CSS), a proximidade do ano eleitoral pesou na decisão que desagradou ao governo